



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Concurso Público

Nível Superior

CARGO 1: Advogado

Aplicação: 23/5/2004

MANHÃ



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta no Edital n.º 2/2004 – COHAB/Bauru, de 6/4/2004.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **23/5/2004**, a partir das 18 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares (provas objetivas): Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **24 e 25/5/2004** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **8/6/2004** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Município de Bauru – SP e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 2/2004 – COHAB/Bauru, de 6/4/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet: www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Quando a situação econômica de vários países se
aproxima dos 80% de miséria, qualquer gasto destinado à
conservação do patrimônio monumental soa como um
4 insulto. Pode parecer justificável, entretanto não se justifica.
E também não se menciona que a politicalha, a demagogia,
a improvisação, a incapacidade e a trapaça levam a maior
7 fatia do bolo.

Na formação das novas gerações, temos nos
descuidado cada vez mais de ensinar o que representam e
10 significam os monumentos e o vínculo que eles têm com a
identidade nacional. Como valores da memória coletiva da
nossa cultura e da nossa história, os monumentos são
13 também valores frágeis: quando os problemas da vida diária
se tornam prioritários, está claro que os monumentos perdem
os adeptos e simpatizantes.

Graziano Gasparini. **Monumentos, políticas e economias da América do Sul**, p. 43 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, a respeito do texto acima.

- 1 A primeira oração do texto constitui uma restrição ao que afirma a oração principal, mostrando que nem sempre gastos com a conservação do patrimônio monumental soam como insulto.
- 2 A correção gramatical e a coerência textual são mantidas ao se substituir “à” (l.2) por na.
- 3 O segundo período sintático do texto admite como correta gramaticalmente a seguinte paráfrase: É injustificável, mesmo que pretenda justificar.
- 4 A inserção de vírgula antes e depois de “cada vez mais” (l.9), de modo a destacar essa expressão, prejudicaria os sentidos do texto e provocaria erro de pontuação.
- 5 Na linha 11, a retirada da conjunção “Como” e a substituição da inicial de “valores” por maiúscula provoca erro gramatical e torna o texto incoerente.
- 6 O sinal de dois-pontos depois de “frágeis” (l.13) indica que a oração que o segue representa uma explicação para a informação da oração anterior.
- 7 Mantém-se a correção gramatical e textual ao se substituir “se tornam” (l.14) por tornam-se.

1 Os processos de ocupação e crescimento urbano
geram, em diversos municípios, o esvaziamento e a
decadência das áreas centrais, caracterizados principalmente
4 pela diminuição do número de moradores, existência de
muitos imóveis vazios e subutilizados, degradação do
patrimônio histórico, precariedade habitacional em cortiços,
7 concentração de atividades informais, mudança no perfil
socioeconômico dos moradores, dos usuários e
das atividades locais, além de transferência de setores
10 públicos e privados para outras localidades.

Em muitos casos, este esvaziamento ocorre inserido
em um processo de crescimento urbano que estende a
13 mancha urbana em direção às periferias para o assentamento
da população de baixa renda — e em direção a novas áreas
de expansão imobiliária para assentar os setores de
16 atividades relacionadas à classe alta. Essa situação resulta na
subutilização dos recursos disponíveis nas áreas centrais; no
adensamento populacional de baixa renda em áreas não
19 servidas de infra-estrutura e distantes dos locais de trabalho
e na concentração de atividades econômicas em áreas de
especulação imobiliária.

Érica Diogo. **Habitación social nas áreas centrais**. Internet: <<http://www.polis.org.br/publicações>>. Acesso em 1.º/1/1998 (com adaptações).

De acordo com a organização das idéias no texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 8 Na linha 1, considerando que as expressões “ocupação” e “crescimento urbano” estão empregadas para, paralelamente, caracterizar “processos”, a inserção da preposição de antes de “crescimento” mantém a correção do texto.
- 9 O adjetivo “caracterizados” (l.3) está empregado no masculino plural para concordar com “municípios” (l.2).
- 10 O emprego da preposição que antecede “usuários” (l.8) e “atividades locais” (l.9) assegura o paralelismo sintático com a expressão “de atividades informais” (l.7).
- 11 A retirada da palavra “inserido” (l.11) provoca erro sintático e prejudica a construção dos sentidos do texto.
- 12 Na linha 13, preservam-se a coerência e a correção do texto ao se empregar “periferias” no singular, desde que “às” também seja substituída por à.
- 13 Depreende-se do texto que o “adensamento populacional” (l.18) é decorrência da “subutilização dos recursos disponíveis” (l.17).

1 A história da Arquitetura poderia, segundo alguns
estudiosos, ser resumida em três tipologias básicas, a
caracterizarem metaforicamente todas as necessidades
4 construtivas do ser humano, desde as origens da civilização:
a casa do homem, a casa do deus e a casa do morto.

Se quisermos levar em conta a complexidade da
7 vida e do homem modernos, é claro que essa simplificação
não poderá ser considerada além dos limites de seu
simbolismo. Das três categorias, a que nos interessa, no
10 âmbito deste texto, é justamente a primeira, a casa do
homem, já que é o homem, pela sua presença e pelo seu
trabalho, o principal ator dos processos de transformação do
13 ambiente natural e de produção de cultura. E nada, dentre
suas criações, representa melhor essa cultura do que sua casa
e seu modo de morar.

16 O templo é a homenagem do homem às suas
divindades, às quais incumbe a tarefa de protegê-lo das
forças que ele desconhece, não controla, e por isso mesmo,
19 teme. É o lugar onde ele procura agradar o pai protetor,
bajulando-o com suas oferendas e humilhando-se por suas
faltas. A tumba — seja a cova do pobre ou o mausoléu do
22 poderoso — é a última morada do corpo, que, por sua vez,
foi morada de um espírito.



José Carlos Coutinho. *Entre a casa é sua* (com adaptações).

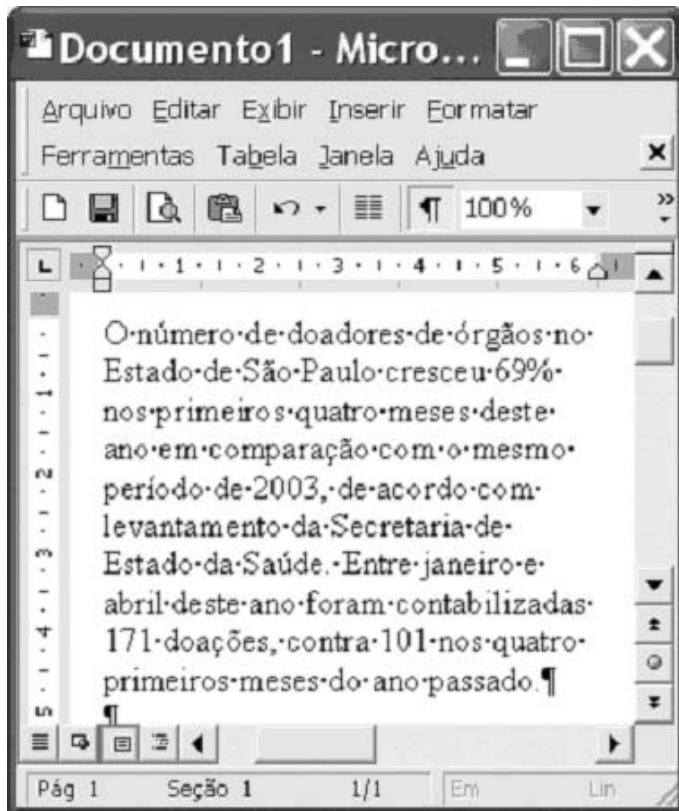
Com relação às idéias e estruturas do texto acima, julgue os itens
a seguir.

- 14 A expressão “tipologias” (l.2) é retomada, mais adiante no
texto, por “categorias” (l.9).
- 15 Mantêm-se o sentido de finalidade, a correção gramatical e
a coerência textual ao se substituir a preposição “a” (l.2)
pelo pronome que.
- 16 Na linha 7, o emprego do plural em “modernos” indica que
se deve interpretar esse adjetivo como qualificando tanto
“vida” quanto “homem”.
- 17 Depreende-se da argumentação do texto que o temor do
homem às divindades causa desconhecimento de certas
forças da natureza.
- 18 Os pronomes oblíquos sublinhados no período “É o lugar
onde ele procura agradar o pai protetor, bajulando-o com
suas oferendas e humilhando-se por suas faltas” (l.19-21)
referem-se, respectivamente, a “ele” e “pai protetor”.
- 19 Depreende-se do último período do texto que nem “cova”
nem “mausoléu” podem ser considerados sinônimos de
“tumba”, porque aquela é pobre e este é rico.
- 20 A oração “foi morada de um espírito” (l.23) tem o verbo no
singular porque se refere a “tumba” (l.21).




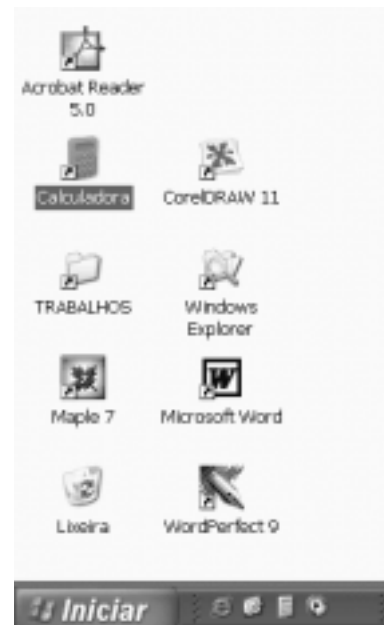
Considerando a figura acima, que ilustra parte de uma janela do
Internet Explorer 6 (IE6), julgue os itens a seguir, relativos à
Internet e ao IE6.

- 21 Uma forma de se aumentar a taxa de transmissão de dados,
no acesso à Internet por meio de uma conexão *dial-up*, é
configurar o navegador para operar no modo *offline*. Nesse
modo de operação, são desativados os mecanismos de
segurança e de correção de erros, que diminuem a taxa de
transmissão efetiva na Internet.
- 22 Em momentos de congestionamento da rede mundial de
computadores, para que se possa obter maior velocidade de
transmissão dos dados, o IE6 disponibiliza aos usuários a
ferramenta de compactação denominada ADSL, em que,
antes de transmitir as informações na rede, elas são
compactadas por técnicas adequadas. Para se ativar o modo
ADSL do IE6, é suficiente que se clique o botão .
- 23 Uma rede WLAN (*wireless local area network*) permite que
os computadores a ela pertencentes possam acessar a
Internet por meio de uma conexão sem fio.
- 24 Ao se clicar o botão , é possível interromper um
processo de *download* de uma página *web*.
- 25 Por meio da opção Segurança na Internet, encontrada no *menu*
Ferramentas, é possível se configurar o IE6 para que ele
opere no modo de segurança. Nesse modo, o *firewall* do
Windows XP e os aplicativos antivírus do IE6 são ativados,
o que permite diminuir as possibilidades de ataques pelos
vírus de computador e pelos *hackers* em acessos à Internet.
A taxa de transmissão na Internet pode ser reduzida em
decorrência dessa configuração.




Considerando a figura acima, julgue os itens subseqüentes, relativos ao Word 2000, executado em um computador PC compatível.

- 26 Por meio de opção encontrada no menu **Editar**, é possível mover o ponto de inserção para uma determinada página do documento em edição ou para uma nota de rodapé.
- 27 Para se localizar todas as ocorrências do termo “Estado de São Paulo” no documento em edição, é suficiente selecionar o referido termo e, a seguir, clicar o botão .
- 28 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível abrir um arquivo contendo um documento Word armazenado no disco rígido do computador.
- 29 Para se inserir, no documento em edição, um caractere que não seja disponibilizado diretamente pelo teclado, é suficiente realizar as seguintes ações: clicar o local onde se deseja incluir o caractere; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **N**; liberar a tecla **Ctrl**; selecionar o caractere desejado na janela disponibilizada; clicar OK.
- 30 Considere o seguinte procedimento: selecionar uma palavra do parágrafo mostrado; clicar a opção Parágrafo no menu **Formatar**; no campo apropriado da janela disponibilizada, escolher a opção correspondente a alinhamento justificado; clicar OK. Após esse procedimento, o parágrafo mostrado ficará alinhado à esquerda e à direita.





A figura acima mostra parte da área de trabalho do Windows XP em execução em um computador do tipo PC compatível. Considerando essa figura, julgue os itens seguintes.

- 31 Para abrir uma janela do aplicativo Word instalado no computador, é suficiente aplicar um clique simples no ícone .
- 32 Ao se clicar o botão **Iniciar**, será iniciado um programa que verifica a existência de aplicativos maliciosos no computador.

	A	B	C	D	E
		Jan	Fev	Mar	
1					
2	Aluguel	1.000,00	1.000,00	1.100,00	
3	Luz	162,78	167,46	147,96	
4	Escola	350,00	350,00	350,00	
5	obs.: valores em reais				

A figura acima mostra uma planilha do Excel 2000 que contém gastos mensais de um usuário em três meses de um ano. A partir dessa janela, julgue os itens a seguir, relativos ao Excel 2000.

- 33 Para se calcular o total gasto pelo usuário com escola nos três meses indicados e mostrar esse resultado na célula E4, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a referida célula; clicar ; teclar **Enter**.
- 34 Para se selecionar todas as células da linha 4, é suficiente clicar o cabeçalho dessa linha — **4**.
- 35 Para se minimizar a janela do Excel mostrada, é suficiente clicar o botão .

O governo de Israel assassinou o xeque Ahmed Yassin, líder do Hamas. Essa organização, por sua vez, já anunciou que, em retaliação, assassinará o primeiro-ministro israelense. Na mesma semana, a organização terrorista Al Qaeda explodiu trens urbanos em Madri, ferindo e matando centenas de pessoas. Notícias desse tipo já se tornaram rotina neste sombrio início de século XXI. Todas as formas de terrorismo são absolutamente condenáveis. Contudo, a condenação moral e política do terrorismo não basta para extirpá-lo da face da Terra, pois ele não é uma doença, mas o sintoma das doenças que ameaçam a sobrevivência da nossa civilização.

Plínio de Arruda Sampaio. *As origens do terrorismo*. In: *Família Cristã*, ano 70, n.º 821, maio/2004, p. 22 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes do mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

- 36** O século XXI inicia-se tendo no Oriente Médio uma das mais tensas regiões do planeta, realidade que apenas repete aquilo que foi vivenciado ao longo de praticamente todo o século anterior.
- 37** Situados no Oriente Médio, Israel e Palestina são os dois Estados criados e implantados pela Organização das Nações Unidas (ONU) no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, na tentativa de reduzir os focos de conflito na área.
- 38** O primeiro-ministro de Israel é Ariel Sharon, reconhecidamente cauteloso em suas relações com o mundo árabe, crítico mordaz da política norte-americana para a região e defensor de solução negociada, ou seja, pacífica no contencioso com os palestinos.
- 39** Citado no texto, o Hamas é uma das mais conhecidas organizações terroristas islâmicas, contra a qual Israel volta suas baterias, o que inclui a morte de algumas de suas lideranças mais expressivas.
- 40** A figura de Osama bin Laden está ligada à organização terrorista Al Qaeda, cuja primeira incursão no Ocidente se deu no episódio citado no texto — a explosão dos trens na capital espanhola, ferindo e matando centenas de pessoas.

O Ministério da Defesa confirmou o envio de tropas ao Rio de Janeiro. O Exército fará ações específicas em conjunto com a Polícia Militar do Rio de Janeiro e terá controle operacional. Os militares pertencem aos batalhões de infantaria e de pára-quedistas. Os soldados que irão atuar no Rio de Janeiro têm treinamento especial e os recrutas não serão convocados para essas operações.

Jornal de Brasília, 5/5/2004, p. 14 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o quadro agudo de violência e de insegurança hoje existente em diversas partes do país, julgue os itens que se seguem.

- 41** Só mesmo a dramaticidade da situação vivida pela cidade do Rio de Janeiro, com a violência atingindo assustadora dimensão e espalhando uma generalizada sensação de insegurança coletiva, justifica a inédita decisão na história republicana brasileira de deslocar contingentes das Forças Armadas para o combate à criminalidade urbana.

42 O acordo entre a União e o governo do estado do Rio de Janeiro, que viabiliza a ação das Forças Armadas no combate ao crime na antiga capital federal, foi facilitado pela afinidade política entre o atual presidente da República e a governadora fluminense, ambos pertencentes à mesma coligação partidária vitoriosa nas últimas eleições.

43 A ação do crime organizado no Rio de Janeiro, comumente identificado com o narcotráfico, tem-se mostrado audaciosa, chegando inclusive a atacar unidades das Forças Armadas e delas subtrair armamento pesado.

44 Uma afirmação contida no texto reforça o argumento utilizado pelos que criticam a utilização das Forças Armadas no combate às organizações criminosas urbanas, qual seja, o fato de que jovens recém-alistados no serviço militar obrigatório participarão da missão sem estar preparados para algo desse porte.

45 O quadro de violência e de insegurança vivido pelo Rio de Janeiro não é isolado. Variando de intensidade, ele se manifesta em diversos pontos do território nacional e, em muitos casos, não faz distinção entre áreas urbanas e rurais.

A União Européia conta a partir de agora com 25 países e 454 milhões de habitantes, dos quais 75 milhões correspondem à população dos 10 novos integrantes desse espaço político e econômico de 4 milhões de quilômetros quadrados. O ingresso de oito países do Leste, satélites da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além das ilhas de Malta e da parte sul de Chipre, foi celebrado em um encontro em Dublin, na Irlanda.

O Estado de S. Paulo, 1.º/5/2004, capa (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

46 Foi longo o processo histórico que culminou na oficialização da União Européia, começando com a aproximação econômica de alguns países após a Segunda Guerra Mundial e prosseguindo por etapas, de modo a vencer desconfianças e antigas rivalidades.

47 A extrema competitividade que caracteriza a atual globalização leva os países a agirem isoladamente na disputa por mercados. Nesse sentido, um megabloco como a União Européia contradiz a realidade econômica mundial dos dias atuais.

48 Com a entrada de seus novos integrantes, como mostra o texto, a área geográfica ocupada pela União Européia passa a equivaler à dimensão territorial do Brasil.

49 As antigas democracias populares da Europa Oriental, que passaram décadas sob influência direta da URSS, somente foram aceitas na União Européia devido aos elevados níveis de desenvolvimento econômico que apresentam, razão pela qual não colocariam em risco a estabilidade já alcançada pelo bloco.

50 A União Européia conta com uma moeda comum, o euro, embora nem todos os integrantes do bloco a ela tenham aderido, como é o caso do Reino Unido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das bases constitucionais da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 51** Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), lei municipal pode autorizar, de forma genérica, a Companhia de Habitação Popular de Bauru a criar subsidiárias, sendo desnecessária a promulgação de uma lei específica para cada subsidiária que essa sociedade de economia mista pretenda criar.
- 52** Por força de disposição constitucional, aplica-se o valor do subsídio do prefeito como limite da remuneração dos servidores e empregados públicos de toda a administração indireta municipal.
- 53** Nos termos da Constituição Federal, a prescrição da possibilidade de apuração e punição de ilícitos administrativos praticados por servidores ou empregados públicos tem por corolário a extinção da obrigação de ressarcimento.

No que se refere à administração direta e indireta, seus princípios e normas, e poderes da administração, julgue os itens seguintes.

- 54** Os princípios do planejamento, da coordenação, da descentralização, da delegação de competência e do controle são princípios que norteiam a atividade da administração pública e fundamentam a divisão desta em administração direta e indireta.
- 55** O princípio da reserva legal aplicado à administração indireta tem por conteúdo principal a obrigatoriedade de se prever expressamente em lei a atividade a ser exercida pela entidade da administração indireta.
- 56** A adequação da conduta escolhida pelo agente à finalidade que a lei expressa e a razoabilidade dessa conduta são fatores que limitam o uso do poder discricionário pelo agente público.
- 57** Em decorrência do poder hierárquico, ao ente hierarquicamente superior é facultado: dar ordens e fiscalizar o subordinado, delegar e avocar competências, quando legalmente possível, e rever os atos praticados por agentes de nível hierárquico inferior.

Quando ao ato administrativo, julgue os itens subseqüentes.

- 58** Os atos administrativos irrevogáveis são os que não podem ser revistos pela administração pública por motivo de oportunidade ou conveniência, uma vez que já produziram seus efeitos ou geraram um direito subjetivo para o beneficiário ou resultam de coisa julgada administrativa.
- 59** A competência é um requisito do ato administrativo que admite a transferência ou a derrogação por acordo entre as partes ou por assentimento do agente da administração pública.
- 60** O ato administrativo pode ser revogado pelo Poder Judiciário com base na teoria dos motivos determinantes.
- 61** A administração pública pode anular seus próprios atos mediante uso de seu poder de autotutela, quando constatar que eles estão eivados por vício de ilegalidade, salvo se tiver incidido, no caso concreto, prazo prescricional previsto em lei.
- 62** A anulação do ato administrativo opera *ex tunc*, desfazendo todas as relações jurídicas e todos os efeitos que dele se originaram.

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 63** O fundamento jurídico-doutrinário da responsabilidade civil objetiva do Estado adotada na Constituição Federal brasileira é a teoria do risco administrativo.
- 64** Só há afastamento da responsabilidade civil objetiva do Estado na hipótese de culpa exclusiva da vítima.

Em relação a licitações, contratos administrativos e desapropriações, julgue os seguintes itens.

- 65** Nos termos da Lei n.º 8.666/1993, as licitações poderão ser efetuadas fora do local em que se situe a repartição interessada, desde que seja demonstrado o interesse público devidamente justificado.
- 66** A documentação relativa à qualificação econômico-financeira de um licitante, exigida pela Lei n.º 8.666/1993, é obrigatória em toda modalidade de licitação, não sendo possível ao administrador público dispensá-la no todo ou em parte.
- 67** O regime jurídico dos contratos administrativos possibilita à administração pública, obedecidos os requisitos estabelecidos na Lei n.º 8.666/1993, modificá-los ou rescindi-los unilateralmente, fiscalizar-lhes a execução e, no caso de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato.
- 68** A variação do valor contratual para fazer face a compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas constitui alteração contratual e deve ser consignada em um aditamento ao contrato.
- 69** Em obediência ao princípio da publicidade, a formalização da declaração de desapropriação, regra geral, faz-se por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.
- 70** A imissão do expropriante na posse provisória do imóvel expropriado tem por fundamentos a declaração, pelo expropriante, de urgência na desapropriação e o depósito prévio, pelo expropriante, do valor do imóvel, definido em perícia judicial.

Em relação à execução, julgue os itens seguintes.

- 71** A execução provisória corre por conta e risco do credor, que deverá prestar caução idônea se desejar levar à praça o imóvel penhorado antes do trânsito em julgado do título judicial objeto da execução.
- 72** A competência para processar a execução de título extrajudicial é definida por distribuição aleatória onde houver mais de um órgão jurisdicional; tratando-se de execução por título judicial, no entanto, a execução de regra será processada perante o juízo que prolatou a sentença.
- 73** Os embargos do devedor devem ser utilizados para defesa do executado e de qualquer pessoa que, não sendo parte no feito, veja-se atingida em seu patrimônio por atos de execução, ainda que não seja responsável pelo pagamento da dívida.

Pedro, menor de idade, propôs ação de investigação de paternidade e de petição de herança contra os herdeiros de Marcos, suposto pai, e contra seu espólio.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 74** Pedro é parte ilegítima para propor a ação, pois, sendo menor de idade, não possui capacidade de ser parte, devendo ser substituído processualmente por sua genitora e, à falta desta, por curador especial.
- 75** Na espécie, há cumulação sucessiva de pedidos, sendo certo que o segundo somente será acolhido se o primeiro o for.
- 76** A ação foi corretamente proposta contra os herdeiros do suposto pai em relação à investigatória e contra o espólio em relação à petição de herança.
- 77** Se o juiz julgar procedentes os pedidos do autor, poderá impor condenação ao réu em custas e honorários de advogado, ainda que não conste da inicial pedido expresso a respeito, não constituindo a sentença, nesse ponto, decisão *ultra petita* nem havendo violação ao princípio da demanda.

Proposta ação perante o juízo cível de determinada comarca, o juiz indeferiu a inicial por entender ser o autor carecedor de ação por falta de interesse processual.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 78** A decisão do juiz que indeferiu a inicial não pode ser considerada sentença, mas sim decisão interlocutória, porque o réu ainda não havia integrado a relação processual.
- 79** Contra o despacho liminar negativo pode o autor interpor apelação, sendo facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar a decisão, para deferir a inicial.
- 80** Caso seja provido o recurso do autor contra o indeferimento, o próprio tribunal determinará a citação do réu, que será cumprida por carta de ordem.
- 81** Na hipótese vertente, transitado em julgado o despacho liminar negativo, constituir-se-á coisa julgada formal, e não material.
- 82** Reformada a decisão indeferitória pelo órgão *ad quem*, não se verificará a preclusão que iria obstar que o réu, em contestação, suscitasse a questão relativa à carência de ação, por falta de interesse processual, já afastada pelo tribunal no julgamento do recurso, sob pena de violação ao princípio do contraditório.

Em relação aos recursos, julgue os itens subseqüentes.

- 83** Sendo a decisão favorável em parte para um dos litigantes e em parte ao outro, podem ambos recorrer, no prazo comum, constituindo a hipótese espécie de recurso adesivo, tendo em vista a sucumbência recíproca.
- 84** O prazo para interposição de recursos é decadencial e não se suspende nem se interrompe.
- 85** A interposição do agravo de instrumento gera a preclusão *pro iudicato*, impedindo que o juízo *a quo* reconsidere a decisão, no todo ou em parte, ainda que não tenha sido julgado o recurso.

Julgue os itens seguintes, relativos aos negócios jurídicos.

- 86** A revogação de um mandato pode ser corretamente definida como um negócio jurídico bilateral, pois o término da relação contratual depende do conhecimento do mandatário acerca da revogação, não sendo suficiente uma única vontade para a produção de efeitos jurídicos.
- 87** Em se tratando de negócio jurídico para o qual a lei não exija forma especial, qualquer meio de prova é admitido pela ordem jurídica, desde que não seja proibido expressamente ou tacitamente.
- 88** O negócio jurídico anulável realiza-se com todos os elementos necessários a sua validade, mas as condições em que foi realizado justificam a anulação, quer por incapacidade relativa do agente, quer pela existência de vícios do consentimento ou vícios sociais.

Acerca dos contratos, julgue os itens a seguir.

- 89** O poder público não pode figurar como locador ou locatário em relação contratual regida pelas normas de direito civil.
- 90** Após a entrada em vigor do atual Código Civil, os contratos passaram a ser regidos pelos princípios da função social, da boa-fé objetiva e da equivalência material. Assim, aos contratos celebrados sob a vigência da lei nova não são aplicados os princípios da autonomia privada, da obrigatoriedade dos contratos e da eficácia relativa apenas às partes do contrato.
- 91** O contrato de abertura de crédito fixo, por meio do qual o banco e o correntista pactuam contrato de mútuo, cujo valor deve ser creditado em conta-corrente, bem como as condições de pagamento, constitui-se como título executivo extrajudicial, uma vez que ostenta liquidez, certeza e exigibilidade.
- 92** Estipuladas arras penitenciais, é viável a rescisão do contrato pelo promitente-comprador, que as perde, tendo direito à devolução das demais quantias pagas. As arras devem corresponder ao percentual razoável do preço total estabelecido no contrato, sob pena de locupletamento do vendedor, se exorbitante, cabendo ao juiz proceder à redução.

Maria firmou com Teresa instrumento particular de cessão de direitos pelo qual cedeu o imóvel rural de sua propriedade e recebeu como pagamento, entre outras parcelas, um apartamento situado na mesma cidade. Tal negociação foi intermediada pelo corretor de imóveis, o qual firmou com Maria o contrato de intermediação imobiliária, comprometendo-se a vender o referido apartamento no prazo de 30 dias, a contar da assinatura do contrato. Por não ter o corretor logrado êxito em vender o referido imóvel, Maria propôs ação anulatória com o objetivo de desconstituir instrumento particular de cessão de direitos e obrigações firmada com Teresa e o corretor.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, julgue os itens seguintes.

- 93** Em razão do descumprimento do contrato de corretagem celebrado com o segundo réu, deve ser decretada a nulidade da compra e venda entabulada com a primeira ré, porque o negócio jurídico pode ser anulado, mesmo quando o dolo não provém do outro contratante, mas de terceiro (corretor), pessoa estranha à eficácia direta do negócio.
- 94** A compradora poderá, em ação própria, buscar o ressarcimento dos prejuízos que sofreu pelo inadimplemento do corretor de imóveis, que firmou documento em que se compromete a vender o imóvel dado em pagamento no prazo de trinta dias, que foi causa suficiente para invalidar o negócio jurídico efetivado com a primeira ré.

A respeito das obrigações, julgue os itens a seguir.

- 95** A obrigação é indivisível quando indivisível for seu objeto. Deste modo, não se admite o cumprimento fracionado da obrigação, mesmo havendo mais de um credor, ou mais de um devedor.
- 96** A cláusula penal é obrigação acessória e subsidiária à obrigação principal, surgindo seus efeitos com o inadimplemento desta. O seu objetivo é o de reforçar a obrigação principal, criando para o devedor a faculdade de não cumprir o pactuado, desde que pague a quantia estipulada.
- 97** Desde que expressamente convencionado pelas partes, na hipótese de o prejuízo experimentado pela parte em razão do inadimplemento da outra ser superior ao valor previsto na cláusula penal, será possível a imposição de indenização suplementar pelo juiz, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, cabendo ao credor a prova do prejuízo excedente.

Acerca da extinção das obrigações, julgue os itens subseqüentes.

- 98** Novação é a substituição de uma obrigação por outra, extinguindo-se a primeira e surgindo uma nova obrigação. Ocorre a novação objetiva quando as partes permanecem inalteradas e o que se modifica é a própria obrigação. Na novação subjetiva, ocorre a troca do devedor ou do credor.
- 99** Se uma empresa deve para outra, mas é por ela incorporada ou ocorre uma fusão de ambas, surge no lugar de ambas uma terceira empresa, que, passando a ser titular tanto do ativo como do passivo, faz com que se confundam em uma única pessoa jurídica as figuras de credor e devedor, e extinga-se também a obrigação.
- 100** A mora equivale ao inadimplemento, e se confunde com aquele. Ambos consistem no retardamento culposo no cumprimento da obrigação ou em sua inexecução.
- 101** O acordo extrajudicial firmado entre credor e devedor principal para prorrogação do prazo para o pagamento da dívida implica novação, com a conseqüente extinção da obrigação assumida pelo avalista do título representativo da dívida originária.
- 102** A decadência e a prescrição devem ser reconhecidas de ofício pelo juiz, independentemente da arguição do interessado, em qualquer caso.

No que se refere à prescrição e decadência, julgue os itens a seguir.

- 103** A prescrição pode ser alegada pela parte que aproveita em qualquer grau de jurisdição, não sendo argüível em recurso extraordinário ou especial se não houver ocorrido o prequestionamento da questão.
- 104** Ocorrendo a prescrição de uma obrigação solidária passiva, a renúncia feita por um dos devedores restabelece a obrigação dos demais coobrigados, não renunciantes, em virtude dos princípios que regem a solidariedade da obrigação.
- 105** Se, no curso prescricional, vier a ocorrer a incapacidade absoluta do agente, ocorrerá a suspensão da prescrição, retomando-se a contagem do prazo a partir do ponto em que se encontrava quando foi suspenso.

No que se refere à competência tributária e sua limitação, julgue os itens subseqüentes.

- 106** Em razão da imunidade recíproca, é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios instituírem quaisquer tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.

107 O princípio da legalidade é considerado garantia fundamental, não comportando exceções ou mitigações, não cabendo ao Poder Executivo a prerrogativa de alterar, mediante decreto, quaisquer dos elementos do tributo (fato gerador, base de cálculo, alíquota ou prazo para pagamento).

108 A Constituição Federal atribuiu à União a competência residual para instituir, mediante lei complementar, impostos que não estejam previstos no texto constitucional.

Com relação às espécies tributárias e à responsabilidade pelo recolhimento dos tributos, julgue os itens seguintes.

- 109** De acordo com o entendimento do STF, é possível a instituição de taxa para custear os serviços de coleta domiciliar de lixo e de limpeza de logradouros públicos.
- 110** A União, os estados, o DF e os municípios podem instituir contribuição de melhoria, desde que haja valorização imobiliária decorrente da construção de obras públicas.
- 111** A responsabilidade por infração à legislação tributária é excluída pela denúncia espontânea, restando afastada a exigibilidade da multa e dos juros de mora, desde que o contribuinte pague o tributo devido.
- 112** Em nenhuma hipótese, a autoridade fiscal poderá cobrar tributos antes da ocorrência do respectivo fato gerador.
- 113** A lei pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa vinculada ao fato gerador, liberando o contribuinte de qualquer responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

Julgue os itens a seguir, referentes à obrigação tributária e à constituição, extinção, exclusão e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- 114** As obrigações tributárias acessórias têm por objeto as prestações positivas ou negativas previstas no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos, podendo ser impostas mesmo para as pessoas físicas ou jurídicas isentas ou imunes.
- 115** O lançamento por homologação caracteriza-se pela obrigação atribuída ao sujeito passivo da obrigação tributária de antecipar o pagamento, ficando a correção do pagamento sujeita à verificação posterior por parte da autoridade tributária.
- 116** A anistia distingue-se da remissão, uma vez que, enquanto a primeira é causa de exclusão do crédito tributário, incidindo sobre as penalidades decorrentes da violação à legislação tributária, a segunda representa causa de extinção do crédito tributário, incidindo sobre o próprio tributo.
- 117** Suspende a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em mandado de segurança, mas não as liminares concedidas em outras espécies de ação, por ausência de previsão legal.
- 118** Após o regular procedimento administrativo e esgotado o prazo para o pagamento do tributo, o débito poderá ser inscrito em dívida ativa, podendo ser ajuizada execução fiscal que deverá ser direcionada tão-somente contra o contribuinte cujo nome conste no termo de inscrição.

Tendo em vista os crimes contra a ordem tributária, julgue os itens que se seguem.

- 119** Os sujeitos passivos da obrigação tributária têm o dever de apresentar às autoridades fiscais os documentos que demonstrem a ocorrência da operação tributável, podendo a recusa constituir crime contra a ordem tributária.
- 120** A concessão de parcelamento para o pagamento do crédito tributário suspende a pretensão punitiva do Estado quanto aos crimes contra a ordem tributária.